

Art. 5º Dispensar FÁBIO MUNDIM ALVES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do exercício da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-01, na 314ª Zona Eleitoral, de Uberlândia, nos termos do documento nº 2161643, do Processo SEI nº 0000592-30.2021.6.13.8314.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes do disposto no caput deste artigo contam a partir de 1º/12/2021.

Art. 6º Designar PATRÍCIA MAURA GIEMBINSKY MANOSSO, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, removida para este Tribunal, para o exercício da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-01, na 314ª Zona Eleitoral, de Uberlândia, nos termos do documento nº 2161643, do Processo SEI nº 0000592-30.2021.6.13.8314.

Parágrafo único. Os efeitos decorrentes do disposto no caput deste artigo contam a partir de 1º/12/2021.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 262/2021 TRE-PB/P TRE/ASP/RE JOÃO PESSOA, 10 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Declarar vago, em razão de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - SEM ESPECIALIDADE do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, criado pela Lei nº 10.842, de 20/02/2004, ocupado pelo servidor Leandro Almeida Andrade, nomeado em virtude de aproveitamento de concurso público do TRF - 5ª Região, conforme Portaria TRE nº 202, de 25/08/2021, publicada no Diário Oficial da União em 26/08/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de outubro de 2021.

Desembargador JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 797, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 5º, 6º, 9º, inciso I, 10, 13, 14 e 15, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e considerando que até esta data, para o cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Medicina, foi nomeada apenas a candidata Tandra Cecília Lopes Pereira de Souza Oliveira, primeira classificada, conforme consta na Portaria nº 995, publicada no DOU de 05/10/2017; considerando que a referida candidata não compareceu para posse e que, por isso, o ato de sua nomeação deve ser tornado sem efeito, em cumprimento à regra inserta no § 6º do art. 13 acima citado; considerando que em decorrência da Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, o Tribunal Superior Eleitoral, mediante a Portaria nº 671, de 13/09/2017, havia sobrestado o provimento de cargos efetivos vagos no âmbito da Justiça Eleitoral e somente neste ano, mediante a Portaria nº 328, de 19/05/2021, autorizou provê-los em quantitativo suficiente para ocupar todos os cargos vagos neste Tribunal Regional Eleitoral, resolve:

a) tornar sem efeito a citada Portaria nº 995, publicada no DOU de 05/10/2017, tendo em vista que a candidata nomeada, Tandra Cecília Lopes Pereira de Souza Oliveira, não compareceu para posse;

b) nomear o candidato ANDRE CAIRES ALVINO DE LIMA, classificado em 2º lugar na lista final referente às vagas de ampla concorrência do último concurso público realizado por este Tribunal, para prover o cargo de Analista Judiciário, Classe A, Padrão 1, Área de Apoio Especializado, Especialidade Medicina, criado através da Lei nº 7.013, de 08/07/1982, e vago em decorrência da aposentadoria de Lílian David de Azevedo Valadares, conforme consta na Portaria nº 256, publicada no DOU de 20/03/2017.

Des. CARLOS FREDERICO GONCALVES DE MORAES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

PORTARIA Nº 744/2021 TRE/PRESI/DG/SGP/COTEC/SEAPE, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 16, XI, do Regimento Interno, e

Considerando a decisão exarada no Sistema Eletrônico de Informações nº 0015905-62.2021.6.18.8000 e Acórdão nº 17198/2021 - TCU - 1ª Câmara, que determinou a expedição de novo ato de aposentadoria com a conversão das parcelas de quintos incorporadas após a edição da Lei nº 9.624/1998 em "parcela compensatória", resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais à servidora RAQUEL MARIA FERRO NOGUEIRA, Técnica Judiciária, Área Administrativa, NI, Classe "C", Padrão 13, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, matrícula nº 43, tendo como fundamento o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, garantindo o benefício da integralidade dos proventos e da paridade plena.

Art. 2º Converter as parcelas de quintos incorporadas pelo exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 em "parcela compensatória", a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE.

Art. 3º Revogar a Portaria TRE-PI nº 549, de 30 de maio de 2018, publicada no D.O.U nº 105, de 04 de junho de 2018.

Art. 4º Os efeitos desta Portaria retroagem ao dia 05 de outubro de 2021, data da prolação do Acórdão nº 17198/2021-TCU-Primeira Câmara.

Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 232, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, inciso XLVII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar ANDRÉ LUIZ MEDEIROS COSTA para a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 181ª Zona Eleitoral - Suzano.

Art. 2º Este ato será publicado no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 4 de novembro de 2021.

WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JUNIOR

ATO Nº 234, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, inciso XLVII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve:

Art. 1º Dispensar MÔNICA LEITE BORDIERI KANEKIYO da função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 271ª Zona Eleitoral - Sorocaba.

Art. 2º Designar ROSA MARIA DE OLIVEIRA SOUZA MARTINELLI para a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 271ª Zona Eleitoral - Sorocaba.

Art. 3º Este ato será publicado no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 10 de novembro de 2021.

WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JUNIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 1.918, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 93, I, §1º, da Lei 8.112/1990, a Portaria GPR 78/2018, bem como o PA SEI 0007923/2020, resolve:

Prorrogar a cessão do servidor WALTER RODRIGUES DE LIMA JÚNIOR, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 317770, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, por um ano, a contar de 18 de janeiro de 2022, para continuar exercendo o cargo em comissão SF-02, de Assessor Parlamentar, no Senado Federal.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 678 - SGP, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo 8420/2021-PROAD, resolve:

Alterar a Portaria nº 461/2021 - SGP de concessão de pensão post mortem vitalícia a Srª. JACIRA FERREIRA DE OLIVEIRA, na condição de companheira do servidor inativo PEDRO SERGIO LOPES DA SILVA, para que onde se lê "...que totalizará 60% (sessenta por cento) dos proventos, ...", leia-se "...que totalizará 60% (sessenta por cento), dos proventos aos quais faria jus o instituidor, caso aposentado voluntariamente na data do óbito..."

EDITH TOURINHO

PORTARIA Nº 680 - SGP, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo 9063/2020-PROAD, resolve:

Alterar a portaria nº 274/2021 - SGP de pensão por morte vitalícia a ELIANE OLIVEIRA DA SILVA, para que onde se lê "...nos termos dos arts. 16, inciso I; 74, I e art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6 da Lei nº 8.213/91...", leia-se "...nos termos dos arts. 16, inciso I e art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item 6 da Lei nº 8.213/91..." e onde se lê "...com efeitos a contar de 29 de junho de 2020, data do requerimento administrativo.", leia-se "com efeitos a contar de 29 de junho de 2020, data do requerimento administrativo, conforme decisão proferida pelo Órgão Especial deste E. TRT."

EDITH TOURINHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO PR Nº 502, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no PROAD N.º 49466/2021, resolve:

Tornar sem efeito o ATO PR Nº 476, de 04/11/2021, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 5/11/2021, que excluiu da fundamentação legal do Ato PR nº 045 TRT-SP, de 20/02/2018, a vantagem "opção", concedida à servidora GUIOMAR CELESTE LOUSADA ALMEIDA TESTA, Matrícula 163.546, com fundamento no art. 193 da Lei nº 8.112/90 c/c o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, correspondente à função comissionada de Coordenador de Serviço, FC-05 (TRT da 5ª Região).

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

ATO PR Nº 544 TRT-SP, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 409/1948, combinada com a Lei nº 11.416/2006, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, e tendo em vista o que consta do Processo TRT/MA nº 0000392-65.2017.5.02.0000 e do PROAD nº 46015/2019, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação de FERNANDA PEREIRA BENTO, 54ª colocada na lista geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da posse de Lais Bertoldo Alves em outro cargo público, nº 221, efetivada pelo Ato PR nº 479, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2021;

Art.2º Nomear NATHALIA BONOTO SANTOS, 69ª colocada na lista geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da posse de Lais Bertoldo Alves em outro cargo público, nº 221.

Art. 3º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

ATO PR Nº 545 TRT-SP, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 409/1948, combinada com a Lei nº 11.416/2006, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, Lei nº 12.990/2014 e Resolução CNJ nº 203/2015, e tendo em vista o que consta do Processo TRT/MA nº 0000392-65.2017.5.02.0000 e do PROAD nº 46015/2019, resolve:

Art.1º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação de BRUNO FELIPE TEIXEIRA, 3º colocado na lista de candidatos negros, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Ludmilla Ferreira de Souza Fraga, nº 2954, efetivada pelo Ato PR nº 534, publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2021;

Art.2º Nomear JOAO ARTUR SILVA LIMA, 5º colocado na lista de candidatos negros, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Ludmilla Ferreira de Souza Fraga, nº 2954.

Art. 3º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

